

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Eng **BRUNO CÉSAR DA SILVA CONCEIÇÃO**

**O apoio ocidental prestado à Ucrânia em 2022, no
contexto da invasão russa**



Rio de Janeiro
2023

Maj Eng **BRUNO CÉSAR** DA SILVA CONCEIÇÃO

O apoio ocidental prestado à Ucrânia em 2022, no contexto da invasão russa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Inf Orlando Mattos **Sparta** de Souza

Rio de Janeiro
2023

C744a Conceição, Bruno César da Silva.

O apoio ocidental prestado à Ucrânia em 2022, no contexto da invasão russa. / Bruno César da Silva Conceição. - 2023.

51 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Orlando Mattos Sparta de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 47-51

1. Ucrânia 2. Rússia 3. União Europeia 4. OTAN. I Título.

CDD 355

Maj Eng **BRUNO CÉSAR DA SILVA CONCEIÇÃO**

O apoio ocidental prestado à Ucrânia em 2022, no contexto da invasão russa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____.

COMISSÃO AVALIADORA

ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JAIRO LUIZ FREMDLING FARIAS JÚNIOR - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

DAN MILLI PEREIRA - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, Laura, e
aos meus filhos, Sofia e Pedro Henrique.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por uma vida repleta de bênçãos.

À minha esposa, Laura, e aos meus filhos, Sofia e Pedro Henrique, pelo amor, compreensão e inspiração que diariamente me concedem.

Ao meu orientador, Ten Cel Sparta, pela confiança e precisão nos apontamentos dados para elaboração deste trabalho.

“Não é possível haver democracia sem Forças Armadas que a garantam.” (Marechal Castello Branco)

LISTA DE ABREVIATURAS

BEI	Banco Europeu de Investimento
BMP	<i>Boevaya Mashina Pehoty</i> (Veículo de Combate de Infantaria)
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EPF	Fundo Europeu para a Paz
EUA	Estados Unidos da América
IFV	<i>Infantry Fighting Vehicle</i>
IISS	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
MAP	<i>Membership Action Plan</i>
MEM	Material de Emprego Militar
MLRS	<i>Multiple Launch Rocket System</i>
ONG	Organização Não Governamental
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UE	União Europeia

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo avaliar os reflexos, nos campos operacional e tático, do apoio recebido pela Ucrânia entre 24 de janeiro de 2022 e 15 de janeiro de 2023 para a evolução dos acontecimentos decorrentes da invasão russa ao território ucraniano no ano de 2022. Para tanto, foram explorados aspectos referentes à União Europeia (UE), à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à Rússia – visto que tais entidades são protagonistas na disputa por influência sobre o Leste europeu, outrora dominado pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – além da situação econômica, militar e humanitária da Ucrânia no período precedente à eclosão do conflito, particularmente entre os anos de 2014, marcado pela tomada da Crimeia pela Rússia, e 2022. A pesquisa foi realizada por meio da consulta a artigos publicados, relatórios, sítios oficiais da UE e da OTAN, bem como a outros trabalhos acadêmicos relacionados ao assunto. A análise dos resultados obtidos evidencia a relevância do apoio concedido à Kiev, todavia não assinala o caráter determinante para o sucesso da contenção ao avanço russo. Este estudo ganha relevância com a reinserção dos conflitos de 3ª geração no centro dos debates da temática bélica, revelando a perene necessidade de manutenção de forças armadas capacitadas, independentes e dotadas de meios para proverem a soberania nacional.

Palavras-chave: Ucrânia. Rússia. União Europeia. OTAN.

ABSTRACT

This research aimed to evaluate the consequences, in the operational and tactical fields, of the support received by Ukraine between January 24, 2022 and January 15, 2023 for the evolution of events resulting from the Russian invasion of Ukrainian territory in the year 2022. Therefore, aspects relating to the European Union, the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and Russia were explored – given that these entities are protagonists in the dispute for influence over Eastern Europe, once dominated by the extinct Union of Soviet Socialist Republics (USSR) – in addition to the economic, military and humanitarian situation in Ukraine in the period preceding the outbreak of the conflict, particularly between the years 2014, marked by the seizure of Crimea by Russia, and 2022. The research was carried out by consulting published articles, reports, official websites of the European Union and NATO, as well as other academic works related to the subject. The analysis of the results obtained highlights the relevance of the support given to Kiev, however it does not indicate its decisive nature for the success of containing the Russian advance. This study gains relevance with the reinsertion of 3rd generation conflicts at the center of debates on war issues, revealing the perennial need to maintain capable, independent armed forces with the means to provide national sovereignty.

Keywords: Ukraine. Russia. European Union. NATO.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	15
3 A UNIÃO EUROPEIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE	17
3.1 A UNIÃO EUROPEIA.....	17
3.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE	19
3.2.1 A ESTRUTURA DE DEFESA COLETIVA.....	21
3.2.2 A LIDERANÇA NORTE-AMERICANA	22
4 A CRISE RUSSO-UCRANIANA	24
4.1 A ADESÃO UCRANIANA AO BLOCO OCIDENTAL.....	24
4.2 A CONFRONTAÇÃO POLÍTICO-MILITAR.....	27
5 A UCRÂNIA PRÉ-CONFLITO	32
5.1 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA	32
5.2 NA EXPRESSÃO MILITAR	33
5.3 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL.....	35
6 O APOIO OCIDENTAL PRESTADO À UCRÂNIA AO LONGO DE 2022	36
6.1 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA	36
6.2 NA EXPRESSÃO MILITAR	38
6.3 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL.....	41
7 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa presta-se a avaliar o apoio prestado à Ucrânia pelos países ocidentais diante da invasão russa deflagrada a partir de fevereiro de 2022 no Leste europeu. Segundo Loureiro (2022), a invasão perpetrada pela Federação Russa à Ucrânia representará um divisor de águas na história das relações internacionais do século XXI.

A invasão da Ucrânia é um evento que não pode ser analisado de forma estanque e isolada, visto que agrega fatores que remontam à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Desde então, os países satélites da Federação Russa vêm apresentando rugas quanto à “onipresença” de Moscou nas outrora repúblicas soviéticas (Cunha, 2022).

De acordo com Visentini (2012, p. 272), a tese do “fim da História”, formulada por Francis Fukuyama e implícita na Nova Ordem Mundial de George Bush (pai), sinalizava a um mundo capitalista único e estável, caracterizado pela paz, pela democracia e pela prosperidade. Pontua, ainda, que a “Rússia, potência sucessora da URSS, viveu momentos traumáticos de desintegração e retrocesso, mas começou a rearticular-se uma década após o fim do seu comunismo. [...] possui capacidades militares e recursos naturais expressivos”. Além do fato, salienta-se apresentar-se como uma “ponte terrestre” entre a dinâmica Ásia oriental e uma Europa ocidental que esboça certa autonomia.

Nesse complexo cenário, a União Europeia (UE) vem se consolidando como ator global mediante sua capacidade, presença e oportunidade. Em conjunto com os seus aliados do Bloco Ocidental, constituído pelos Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido, a UE coopera e coordena iniciativas de modo a buscar promover a paz e a democracia (Travassos, 2022).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949 a partir da assinatura do Tratado de Washington, é uma aliança político-militar que tem por objetivo central a salvaguarda da liberdade e da segurança dos seus membros (Defesa, 2023). As três décadas seguintes ao fim da Guerra Fria marcaram sucessivas ondas de expansão da OTAN a Leste, incorporando, na prática, quase todo o antigo Pacto de Varsóvia (Carmona, 2022).

No afã de ascender à condição de membro da UE, a Ucrânia já negociava um acordo de livre comércio com o bloco europeu como um primeiro passo naquilo que seria sua guinada final ao Ocidente, dando as costas aos antigos parceiros da ex-URSS, sobretudo à Rússia de Vladimir Putin (Konrad e Lourenção, 2019).

O entorno estratégico russo, na concepção de Aparecido e Aguilar (2022, p. 4), apresenta-se do seguinte modo:

[...] três regiões instáveis exercem pressão geopolítica sobre a Rússia: a região do Cáucaso, principalmente, as regiões separatistas do Azerbaijão e Armênia, Chechênia, Daguestão, Georgia, Ossétia do Norte e do Sul; a Ásia Central e o Sul da Ásia, a mencionar seus vizinhos próximos: a China e a Índia, Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tadjiquistão; e a região ocidental, com as ex-repúblicas soviéticas no mar Báltico e países próximos da Europa Ocidental, como a **Ucrânia** e a Bielorrússia, e os antigos Estados membros do Pacto de Varsóvia no Leste europeu. (grifo nosso)

Mearsheimer (2014), em uma perspectiva neorrealista, afirma que a crise ucraniana foi provocada pela intervenção do Ocidente, que, ao forçar um avanço da Aliança atlântica em direção ao entorno estratégico russo, configurou seus movimentos como uma ameaça à segurança nacional da Rússia, principalmente por intermédio do encorajamento e da possibilidade de que o ingresso da Ucrânia na OTAN oportunizasse a instalação de bases aéreas e navais nas proximidades do mar Negro e na faixa de fronteira russa.

Nesse contexto, a crise russo-ucraniana, no século XXI, atinge seu primeiro ponto culminante em 2014, quando “centenas de soldados desembarcaram na península na Crimeia. Eles identificavam-se como forças populares de autodefesa. Com os rostos cobertos por balaclavas, vestiam uniformes militares verdes sem qualquer insígnia ou marca de identificação” (Konrad e Lourenção, 2019, p. 12910).

Todavia, mostrava-se evidente a interferência de Moscou (posteriormente assumida pelo Estado russo), pois “muito bem armados, [os soldados] usavam veículos militares com placas russas. Cortaram todas as comunicações, destruíram centrais telefônicas e colocaram novos transmissores nas antenas de rádio e TV” (Konrad e Lourenção, 2019, p. 12910).

A atual guerra na Ucrânia, portanto, origina-se a partir de uma combinação de fatores que vão da cosmovisão nacional russa a respeito do que representa esse país para sua própria nacionalidade, combinada com a expansão contínua da OTAN à

esfera de influência da Rússia, cuja “linha vermelha”, na argumentação de Moscou, foi a ameaça de incorporação de mais um de seus antigos Estados satélites à instituição militar norte-atlântica (Carmona, 2022).

Trebesch *et. al* (2023) assinala que o ataque da Rússia à Ucrânia, a partir de fevereiro de 2022, causou sofrimento humano e destruição impressionantes. Desde o início da invasão em larga escala, muitos líderes ocidentais prometeram "ficar com a Ucrânia" e anunciaram grande apoio militar e humanitário.

Nesse íterim, Azzi (2022) caracteriza as alianças militares como o mais grave compromisso nas relações de cooperação entre nações, inserindo-se no amplo espectro dos arranjos coletivos, com vistas a multiplicar a segurança face às ameaças comuns. Ainda, para o autor, as alianças e as organizações multilaterais de segurança coletiva têm sido insuficientes na compreensão de diversos relacionamentos que se proliferam no mundo atual.

No mesmo diapasão, Travassos (2022) enfatiza a união dos países da UE, dispostos a remar na mesma direção, a fazer esforços, a renovarem e reformularem novas parcerias e com uma forte vontade de deter a máquina de guerra russa. Tal concepção apresenta-se diametralmente oposta aos interesses russos no Leste europeu.

A presente pesquisa, portanto, teve como propósito analisar a dinâmica do apoio prestado à Ucrânia diante das ações russas, mormente nos campos militar, econômico e psicossocial, a fim de subsidiar entendimento sobre a relevância das alianças político-militares no atual cenário geopolítico europeu. Como problema, se propôs a analisar em que medida o apoio ocidental contribuiu para as ações ucranianas em oposição à invasão russa de 2022.

Para tanto, com a finalidade de compreender o apoio estrangeiro angariado pela Ucrânia na contenção da ofensiva russa, foram elencados os seguintes objetivos específicos: apresentar a UE e a OTAN; descrever a crise entre a Ucrânia e a Rússia, particularmente no que se refere à adesão ucraniana aos blocos político e militar europeus ocidentais; identificar as capacidades ucranianas no momento precedente ao conflito; e identificar a dimensão do apoio recebido pela nação ucraniana a partir do ocidente.

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, no que se refere ao escopo temporal, o presente estudo é delimitado pela evolução dos acontecimentos no contexto da guerra da Ucrânia durante o ano de 2022, tendo por limite longo a primeira

quinzena do ano de 2023. Todavia, não se isenta de traçar correspondência com antecedentes históricos necessários ao entendimento do conflito.

Segundo Trebesch *et. al* (2023), a maior parte da discussão sobre a ajuda à Ucrânia vem sendo anedótica, enquanto faltam dados sistemáticos. Desse modo, a importância do presente estudo está assentada em reunir, a partir de fontes confiáveis, dados acerca do apoio recebido pela Ucrânia para opor-se à invasão russa de 2022. Além disso, serve como fonte de apoio para pesquisas futuras face a relevância do recente conflito e sua influência para o cenário geopolítico global.

2 METODOLOGIA

Este trabalho buscou fazer uma abordagem qualitativa privilegiando a análise de documentos e publicações para entender o fenômeno do apoio ocidental à Ucrânia em 2022. Foi, ainda, exploratório, utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica e documental para a obtenção dos dados necessários ao entendimento do assunto.

Segundo Gerhardt (2009), as pesquisas qualitativas preocupam-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tal definição tem aplicação ao presente estudo, uma vez que ao fenômeno da guerra não se pode aplicar a ciência matemática para previsão de seu desenrolar, característica acentuada pelo fato do conflito ora tratado ainda se encontrar em desenvolvimento durante a conclusão do estudo.

Ademais, quanto aos objetivos, o presente trabalho teve um caráter exploratório pois, conforme Gerhardt (2009), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Portanto, buscou-se reunir o máximo de informações a respeito do tema, com o propósito de se concluir sobre a dimensão do apoio ocidental prestado à Ucrânia.

No que tange aos procedimentos de pesquisa, o trabalho foi realizado a partir do levantamento de dados por meio de consulta bibliográfica à literatura disponível (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, observatórios militares e econômicos, além de redes digitais). A aquisição de repertório foi baseada, mormente, nas fontes de pesquisa de trabalhos acadêmicos, tais como: Google Acadêmico, *Scielo*, Biblioteca Digital do Exército e EB Revistas.

O tratamento dos dados foi realizado por intermédio da análise dos meios financeiros e militares conferidos à nação ucraniana diante do apoio angariado a partir dos países ocidentais. Assim, buscou-se verificar a relação de tais contribuições ao incremento das capacidades militares ucranianas para fazer face à agressão russa sobre seu território.

O método foi limitado às informações contidas em fontes abertas disponíveis e reunidas pelo autor para consulta acerca do tema. Assim, não deixa de carecer de estudo mais aprofundado, tendo em vista o prazo imposto para que o presente estudo

se desse por encerrado como parte obrigatória para conclusão de curso. Cabe, ainda, ressaltar que o estudo esteve dependente, finalmente, do grau de transparência daqueles Estados que disponibilizaram meios à Ucrânia no ano de 2022, conforme será explorado no decorrer do Capítulo 6.

3 A UNIÃO EUROPEIA E A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

Em consequência de duas guerras mundiais, o conceito westfaliano de soberania e os princípios da balança de poder viram minguar suas importâncias na ordem contemporânea do continente que as criou (Kissinger, 2014).

Cerca de 40 milhões de europeus perderam a vida na Segunda Guerra Mundial e outros milhões ficaram na miséria. O poder europeu, que durante tanto tempo configurou e dominou a política mundial, foi superado pelos EUA e pela URSS (Woolf, 2014).

Segundo Kissinger (2014, p. 91), ao fim da Segunda Guerra Mundial, a capacidade material psicológica da Europa para forjar uma ordem mundial estava praticamente esgotada. Todos os países da Europa continental, com exceção da Suíça e da Suécia, tinham sido ocupados por tropas estrangeiras em determinado momento. As economias de todas as nações encontravam-se em grandes dificuldades. Tornou-se óbvio que nenhum país europeu era capaz de, sozinho, dar forma a seu próprio futuro.

A respeito dessa conjuntura, Woolf (2014, p. 270) afirma que a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial convenceu muitos líderes europeus ocidentais da necessidade de maior cooperação econômica entre os seus países, a fim de assegurar a paz futura. De modo compreensível, tais personalidades acreditavam que “o bloco comercial europeu restauraria a sua independência econômica e permitiria à Europa ter sucesso na competição com os EUA e o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON)”.

Nesse sentido, Kissinger (2014, p. 91) pontua que, em determinado momento, emergiu a convicção de que, caso as nações europeias quisessem oferecer ajuda ao seu povo e evitar a recorrência das aludidas tragédias, precisariam superar as históricas divisões da Europa e, sobre essa base, construir uma nova ordem europeia.

3.1 A UNIÃO EUROPEIA

Com o objetivo de pôr termo aos conflitos recorrentes, frequentes e sangrentos que culminaram na Segunda Guerra Mundial, os políticos europeus iniciaram o

processo de construção do que hoje conhecemos como União Europeia (União Europeia, 2023). Cabe frisar o aspecto econômico que, de igual modo, contribuiu para motivar as nações europeias a congregarem-se em um grande bloco comum.

De acordo com Kissinger (2014, p. 92), França e Alemanha, dois países cuja rivalidade estivera no cerne de todas as guerras europeias dos três séculos predecessores, deram início ao processo que buscava transcender a história europeia, fundindo elementos chave de suas forças econômicas remanescentes. Assim, formaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) como o primeiro passo rumo à "união cada vez mais estreita" dos povos que constituíam a Europa, uma verdadeira pedra angular da nova ordem europeia.

A CECA, fundada em 1951, constituiu o marco inicial em busca da paz duradoura. Anos após, o aperfeiçoamento trazido pelo Tratado de Roma, em 1957, estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), assinalando a cooperação cada vez mais robusta no território europeu, como pode ser visto em um de seus trechos, a seguir:

*La Communauté a pour **mission**, par l'établissement d'un marché commun et par le rapprochement progressif des politiques économiques des États membres, de promouvoir un **développement harmonieux** des activités économiques dans l'ensemble de la Communauté, **une expansion continue et équilibrée**, une stabilité accrue, un relèvement accéléré du niveau de vie, et des **relations plus étroites entre les États qu'elle réunit.** (União Europeia, 2023, grifo nosso)*

Nesse diapasão, a invasão do Afeganistão pela URSS e a revolução islâmica do Irã, ambas desencadeadas a partir de 1979, trouxeram a atenção dos Estados membros da Comunidade Europeia acerca da crescente impotência que possuíam, à época, para gestão de tais crises a nível internacional (EUR-LEX, 2012). Desse modo, em 1981, diante da expansão dos atritos internacionais provocados pela lógica bipolar, a Comunidade Europeia viu a oportunidade de elaborar uma política externa menos dependente dos EUA e passou a se concentrar em iniciativas que levariam ao aprimoramento de sua cooperação política, de acordo com D'Arcy (2002, p. 212, *apud* Ferreira, 2012).

Wolf (2014) traz, ainda, a expansão paulatina do número de afiliados da CEE. Grã-Bretanha, Dinamarca e Irlanda adentraram à organização em 1973, seguidas pela Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986). Em 1992, a CEE passou a se chamar

UE, e a cooperação entre seus membros se estendeu a outras áreas como as de defesa, polícia e imigração.

Em 1993, após a assinatura do Tratado de Maastricht, lançou-se a estrutura do mercado único, agregando-se, em grande parte do território europeu, quatro liberdades essenciais de circulação: pessoas, bens, serviços e capitais. Na mesma década, adquiriu maior alcance o denominado Acordo Schengen, o qual permitiu, gradualmente, a ampliação do trânsito de pessoas para grande parte da UE sem o controle de passaportes (Comissão Europeia, 2023).

Nesse ínterim, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 tiveram por reflexo a ampliação das medidas internacionais conjuntas contra a criminalidade. Pôde-se observar, ainda, a amenização das fronteiras entre as Europas Ocidental e Oriental quando dez novos países, a saber: Chipre, Malta, República Tcheca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia, foram admitidos na UE em 2004. Em 2007, seguiram-se a eles a Bulgária e a Romênia (União Europeia, 2023).

Atualmente, a evolução da UE enquanto ator de segurança e defesa vem se desenvolvendo conforme a análise da evolução de sua Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), em coordenação com a parceria estratégica com a OTAN, sendo amplificada em razão do recente cenário de crise oriundo da eclosão do conflito russo-ucraniano (Travassos, 2022).

3.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE

Travassos (2022) assinala que o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, representou um cenário de destruição e de instabilidade para a Europa, o que levou à elaboração de um plano econômico desenvolvido pelos EUA, durante a administração de Truman. O referido plano visava apoiar o “velho continente” no restabelecimento da paz e na contenção do comunismo soviético, tendo sido denominado “Plano Marshall”.

Seguidamente ao lançamento dessa robusta medida político-econômica, formou-se, em 1949, a OTAN, organização de defesa coletiva direcionada para a

defesa transatlântica que, até a atualidade, se mantém relevante para a defesa europeia (Daehnhardt, 2018).

Nesse diapasão, Kissinger (2014, p. 93) ratifica a relevância do auxílio prestado pelos EUA a fim de viabilizar a recuperação da economia europeia, como pôde ser visto nos programas de ajuda à Grécia e à Turquia, em 1947, além do referido Plano Marshall, de 1948. Prestou-se, ainda, a ressaltar o ineditismo norte-americano ao propor a formação da OTAN em 1949.

A OTAN foi oficialmente estabelecida com a assinatura do Tratado de Washington. Esse instrumento comprometeu cada membro a compartilhar os riscos, responsabilidades e benefícios da defesa coletiva – conceito que está no cerne da Aliança. Seu objetivo principal foi o de criar um pacto de assistência mútua para combater o risco de a URSS tentar estender seu controle da Europa Oriental a outras partes do continente (OTAN, 2023).

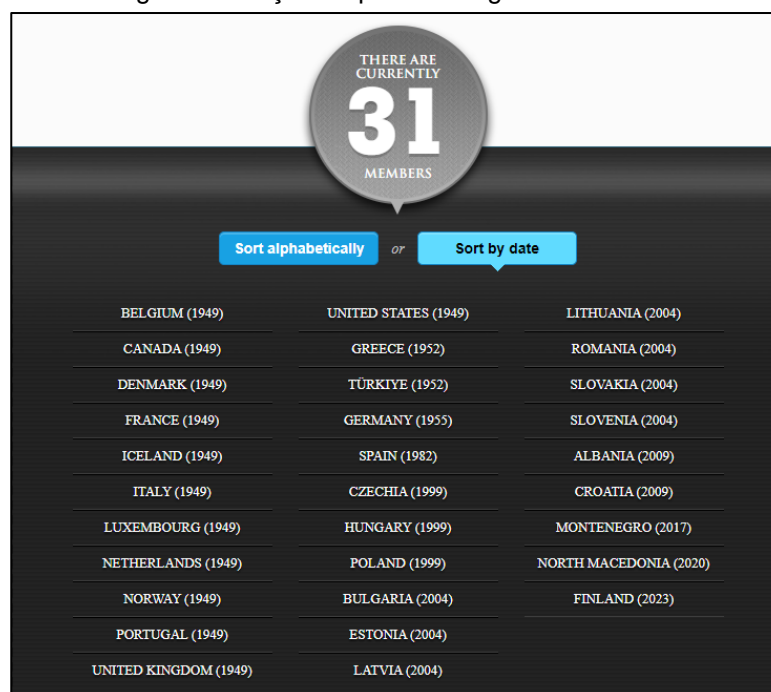
Tal precaução muito se deu em razão do fato que, em 1945, com as tropas nazistas expulsas de quase toda a Europa Oriental pelos soviéticos, Stalin decidiu criar ali uma esfera de influência e uma zona-tampão contra agressores futuros. Assim, não retirou seus soldados e instalou governos comunistas e pró soviéticos em toda a região, como aponta Woolf (2014, p. 264). Isso marcou o começo da Guerra Fria, estado de conflito não violento entre a URSS e os EUA e seus respectivos aliados, a qual perduraria pelos 45 anos seguintes.

Em contrapartida, aos membros da recém-criada Aliança atlântica restou estabelecido que formariam, pois, uma comunidade única de valores comprometidos com os princípios de liberdade individual, da democracia, dos direitos humanos e do estado de direito (OTAN, 2023).

A assinatura do Tratado de Washington levou à criação da Aliança, mas somente adiante se desenvolveu uma organização de pleno direito. Com efeito, a OTAN fornece a estrutura que permite a implementação dos objetivos comuns de seus membros. Até o momento, esses objetivos não mudaram fundamentalmente, nem o Tratado foi reescrito. As únicas chamadas “emendas” decorreram da série de protocolos de adesão que foram adicionados à medida que novos membros se juntaram, ilustrando a visão de seus redatores e sua capacidade de conciliar preocupações e objetivos internacionais com interesses nacionais (OTAN, 2023).

Dessa feita, a OTAN conta, atualmente, com 31 (trinta e um) Estados membros, dentre os quais 03 (três) dos 05 (cinco) membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), e possui significativa capacidade militar instalada e mobilizável diante do cenário internacional conflituoso (Bertazzo, 2010).

Figura 1: relação de países integrantes da OTAN



Fonte: OTAN (2023)

3.2.1 A ESTRUTURA DE DEFESA COLETIVA

O princípio da defesa coletiva encontra-se no cerne do tratado fundador da OTAN. Assim, permanece como aspecto único e duradouro que une seus membros, comprometendo-os a proteger uns aos outros e estabelecendo um espírito de solidariedade dentro da Aliança (OTAN, 2023). Tal concepção de defesa mútua está assentada nas condições definidas em seu artigo 5º:

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão

imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais (OTAN, 2023).

De tal sorte, o instrumento estabelece que, caso um Aliado da OTAN seja vítima de ataque armado, todos os demais membros considerarão esse ato de violência como um ataque armado contra si e, em razão disso, tomarão as medidas que considerarem necessárias para ajudar o aliado atacado (OTAN, 2023).

Nesse diapasão, o artigo 6º do Tratado de Washington (1949) presta-se a complementar seu dispositivo antecessor, como se vê abaixo:

Para efeitos do artigo 5.º, considera-se que um ataque armado contra uma ou mais das Partes inclui um ataque armado: no território de qualquer uma das Partes na Europa ou na América do Norte, nos departamentos argelinos da França, no território da Turquia ou nas ilhas sob jurisdição de qualquer uma das Partes na área do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer; sobre as forças, embarcações ou aeronaves de qualquer uma das Partes, quando dentro ou sobre esses territórios ou qualquer outra área da Europa em que as forças de ocupação de qualquer uma das Partes estivessem estacionadas na data em que o Tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou a área do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer (OTAN, 2023).

Desse modo, resta evidente que a OTAN constitui uma aliança militar fundada sobre um tratado de segurança coletiva, o qual, por sua vez, indica a criação de uma organização internacional com o objetivo de manter a paz e a segurança entre seus membros e a democracia dentro deles (Wallander, 2000, *apud* Bertazzo, 2010). Até o presente momento, seu Artigo 5º foi invocado uma única vez: em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro contra os EUA em 2001.

A respeito da estrutura militar que dispõe, e apesar de não constituir um exército multinacional permanente, a organização está assentada em aspectos fundamentais como: o comprometimento com os gastos em defesa, o valor das forças armadas de seus países membros, a alta tecnologia militar, a cooperação e interoperabilidade, o comando e controle e a capacidade nuclear que dispõe.

3.2.2 A LIDERANÇA NORTE-AMERICANA

Segundo Mearsheimer (1990), a posição dominante dos EUA na OTAN mitigou os efeitos de um arquipélago nas democracias ocidentais e facilitou a cooperação

entre as potências europeias. O autor enfatiza que, em uma circunstância de anarquia, na qual os Estados não confiam uns nos outros, restam incentivos para que cometam agressões entre si. Os EUA, nesse sentido, não apenas forneceram proteção às nações do velho mundo contra a ameaça soviética, mas, também, garantiram que nenhum estado europeu agrediria o outro. Por exemplo, a despeito do rearmamento alemão, nunca houve o que se temer por parte da França, visto que a presença americana na Alemanha significava que os alemães não estariam livres para impetrar ataques a outros países. Desse modo, as preocupações com ganhos relativos entre os estados da Europa Ocidental foram mitigadas e, além disso, tais Estados passaram a permitir que suas economias se tornassem cada vez mais interdependentes.

Outrossim, outro fator que evidencia a liderança estadunidense na Aliança está relacionado ao aporte financeiro realizado pelo país. A despeito da imposição do investimento anual de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor de defesa por cada país integrante, em 2022, apenas 7 (sete), dos 30 (trinta) membros da organização cumpriram tal meta para o setor militar, conforme aponta o relatório da Organização (7 países [...], 2023).

Dentre aqueles que cumpriram o acordo, encontram-se: Grécia (3,54%); EUA (3,46%); Lituânia (2,47%); Polônia (2,42%); Reino Unido (2,16%); Estônia (2,12%); e Letônia (2,07%). Todavia, em se tratando de valores absolutos, é necessário ressaltar a majoritária participação norte-americana, tendo em vista seu elevado seu PIB, estimado em cerca de US\$ 25,46 trilhões, o que corresponderia a aproximadamente US\$ 880 milhões de dólares investidos no setor de defesa em 2022 (PIB [...], 2023).

Finalmente, outro aspecto que ressalta a liderança norte-americana nesse organismo internacional advém do fato que o cargo de comandante militar da OTAN, invariavelmente, é desempenhado por um Oficial General dos EUA. Desde 2022, a função é exercida pelo general norte-americano Christopher Cavoli, antigo Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa (General [...], 2022). Desse modo, ao ocupar tal posição no alto escalão da organização, particularmente no comando de seu braço armado, o país norte-americano mantém sua capacidade de influir de modo capital sobre o planejamento, o comando e o controle do emprego de tropas pela OTAN.

4 A CRISE RUSSO-UCRANIANA

Kappeler (2014) ressalta que, com o colapso da URSS em 1991, todas as antigas repúblicas da União declararam suas independências. O restante reduziu-se ao território da antiga República Federativa Soviética Russa, a qual correspondia, aproximadamente, ao estado moscovita em meados do século XVII. Desse modo, a Rússia foi privada da maior parte das periferias imperiais e perdeu seu status de superpotência.

A Ucrânia declarou sua independência em 1991. O ato foi adotado em consequência da tentativa de golpe em 19 de agosto daquele ano, quando a mão de ferro dos líderes comunistas tentou restaurar o controle do Comitê Central do Partido Comunista sobre a URSS. Contudo, a transição para a democracia e o capitalismo foi dolorosa e caótica, e muitos ucranianos, especialmente no Leste, ansiavam pela relativa estabilidade vivenciada outrora (Barbosa, 2022).

Em decorrência desse cenário, a política externa russa passou a tratar como um de seus principais objetivos a manutenção das regiões do antigo império sob sua hegemonia. Assim, tenta controlar o espaço pós-soviético, designado como “*near abroad*”, e restringir a soberania das ex-repúblicas soviéticas, interferindo em seus assuntos internos (Kappler, 2014).

4.1 A ADESÃO UCRANIANA AO BLOCO OCIDENTAL

O bloco ocidental ora tratado é bem caracterizado pelo conjunto formado pela UE e a OTAN, havendo, por meio de tais organismos, certo alinhamento político, econômico e militar de seus Estados membros. A adesão ucraniana a tais grupos assinalaria, em definitivo, o rompimento dos remanescentes laços ucranianos à antiga URSS.

Depois dos colapsos do comunismo e do COMECON, muitos países europeus orientais se candidataram a entrar na UE. Em 2004, a União incluía 27 (vinte e sete) países e passou a ser o maior mercado do mundo (Woolf, 2014, p. 271). O movimento de adesão dos países do Leste europeu se tornou mundialmente conhecido como a “expansão para o Leste”.

A política de portas abertas, implementada a partir do término da Guerra Fria, contou com o impulso dos EUA, governado pelo presidente Bill Clinton, seu principal promotor. O conhecimento desse dado é fundamental para se compreender que o custo da expansão do organismo recai, de certo modo, sobre a nação norte-americana (Smith, 2000, *apud* Carmena, 2018).

As eleições de 1994 e 1999 assinalaram a vitória do candidato Leonid Kuchma à presidência da Ucrânia, cargo que ocupou entre julho 1994 e janeiro de 2005. Em seu governo, Kuchma exerceu uma política externa diversificada, na qual jogou, simultaneamente, cartas da UE, da OTAN e da Rússia. Apesar da vultosa influência russa sobre as políticas ucranianas, em particular no que concerne à dependência de recursos energéticos, Moscou não impediu Kiev de optar por uma política externa multilateral, envolvendo tanto a dimensão ocidental quanto a oriental (Freire, 2006).

As eleições de 2004, que se propunham a eleger o sucessor de Kuchma, compuseram cenário político internacional conturbado. O antigo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, criticou Putin pelo seu apoio inequívoco a Yanukovich, sob a forma de várias visitas à Ucrânia e apoios financeiros ao seu partido. O Kremlin respondeu com críticas similares quanto ao apoio político e financeiro norte-americano à campanha de Yushchenko, a par de promessas de um futuro melhor se o país se voltasse para o Ocidente.

Desde os eventos da Revolução Laranja (2004), o país, que passaria por uma suposta onda de mudanças econômicas pró-ocidentais, acabou experimentando certa estagnação econômica (Mielniczuk, 2014). Isso ocorreu devido à forte dependência perante a Federação Russa, particularmente no setor de energia. Assim, o descontentamento popular, juntamente com a atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) ocidentais, levou a população a protestar contra o então presidente Kuchma, que demonstrava apoio ao presidente Putin.

No desfecho das eleições presidenciais de 2004, disputadas entre Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovich, o segundo, candidato alinhado a Moscou, foi declarado vencedor e os protestos alegando fraude eleitoral eclodiram em diversas regiões do país. Após novas eleições, Yushchenko foi, finalmente, declarado presidente (Osborne, 2005). Assim, com a eleição de Yushchenko, a Ucrânia perdeu apoio russo, e a UE criou planos para implementar no país um sistema econômico liberal e democrático, com a promessa de rápida prosperidade (Mearsheimer, 2014).

A partir de 2008, a Ucrânia planejou ingressar formalmente na OTAN, uma medida apoiada pelos EUA, mas que contou com a oposição franco-alemã, muito em decorrência da rejeição russa a esse movimento. Posteriormente, o plano de ingresso ucraniano se viu adiado. Todavia, em fevereiro de 2010, havendo sido eleito novo presidente ucraniano, ganhou vida a promessa de que a Ucrânia seria um “estado neutro”, que cooperaria tanto com a Rússia quanto com as alianças ocidentais, como a UE e a OTAN (Ozili, 2022).

Disputas com a Rússia sobre dívidas de gás natural interromperam brevemente todos os fornecimentos de gás à Ucrânia em 2009, nos moldes de evento semelhante ocorrido três anos antes, levando à escassez do produto também em vários outros países europeus (Queiroz e Quintslr, 2018). Logo após, Viktor Yanukovich foi eleito presidente, em 2010.

Ao final de 2013, forte crise econômica abalou a Ucrânia. O presidente Yanukovich tendia em aceitar um empréstimo de cerca de US\$ 15 bilhões da Rússia, enquanto os cidadãos ucranianos exigiam uma maior integração do país com a UE. A recusa de Yanukovich em assinar um acordo comercial com a UE resultou no movimento conhecido como *Euromaidan* e os protestos provocaram sua destituição, pelo Parlamento da Ucrânia, em 22 de fevereiro de 2014 (Destituição [...], 2014).

O referido acordo comercial com a UE foi, de fato, assinado em 21 de março de 2014, em Bruxelas, a partir do qual, "a União reconheceu as aspirações europeias da Ucrânia e saudou sua opção pela Europa, inclusive seu compromisso de construir uma democracia profunda e duradoura, e uma economia de mercado". Incluiu importantes capítulos relativos aos intercâmbios comerciais que tinham por objetivo a criação de uma área de livre-comércio. Além disso, estimulou a harmonização extensiva da legislação, das normas e das regulações em vários setores, a fim de criar condições para alinhamento de setores chave da economia ucraniana aos parâmetros da UE (O acordo [...], 2014).

Em 20 de abril de 2016, a Comissão Europeia apresentou proposta de isenção de visto de entrada no espaço Schengen para os cidadãos ucranianos. O Conselho e o Parlamento Europeus chegaram ao acordo sobre a proposta em 28 de fevereiro de 2017. Em 11 de maio de 2017, o Conselho adotou um regulamento relativo à liberalização do regime de vistos para os cidadãos ucranianos que se deslocassem à UE por um período de 90 dias por cada período de 180 dias (Conselho Europeu, 2023).

Nas eleições de 2018, Volodymir Zelensky sagrou-se vitorioso por ampla maioria. Em 2019, dissolveu o parlamento e venceu eleições parlamentares nas quais seu novo partido obteve a maioria dos assentos parlamentares. A partir de então, Zelensky deu início efetivo a seu governo, escolhendo um novo primeiro-ministro e reformando o gabinete ministerial. Aprovou reformas políticas de grande simbolismo e buscou levar adiante programas de privatizações de grandes estatais e de liberação da venda de terras a entes privados (Biato Junior, 2020).

Por duas décadas após a dissolução da URSS, a Ucrânia oscilou entre a manutenção de sua tradicional aliança com a Rússia e a aproximação com o Ocidente, especialmente a Europa. Com a exceção do governo do presidente Kuchma, que procurou manter política de equidistância entre os eixos Bruxelas/Washington e Moscou entre 1994 e 2004, as administrações seguintes penderam para um ou outro lado do espectro. A política externa do governo de Zelensky buscava retomar o equilíbrio entre as duas tendências, mantendo a aproximação com o Ocidente e preservando o relacionamento com a Rússia. (Biato Junior, 2020)

Desse modo, resta apresentado o paradigma pendular ucraniano após sua declaração de independência, ora no sentido do ocidente, mas, por vezes, com maior aproximação junto ao Kremlin. Todavia, o acordo comercial celebrado em 2017, juntamente com a facilitação da circulação de cidadãos entre a UE e a Ucrânia, procedida em 2018, aliados à postura ocidental do atual presidente, Volodymir Zelensky, contribuíram para a elevada insatisfação russa.

4.2 A CONFRONTAÇÃO POLÍTICO-MILITAR

A Rússia nunca escondeu sua discordância com o processo de expansão da Aliança atlântica e outras decisões que afetaram suas fronteiras; em vez disso, expressou publicamente seu desacordo com advertências contínuas à OTAN, conforme assinala Müller (2000, *apud* Carmena, 2018). Em 1999, ameaçou a Alemanha sobre o possível desequilíbrio internacional que poderia ser causado pela futura incorporação das Repúblicas Bálticas à OTAN. Outrossim, a rejeição russa ao projeto do sistema de defesa antimísseis da OTAN, de igual modo, é assunto que persiste nas conturbadas relações entre a organização, os EUA e a Federação Russa.

Segundo Caracuel (2004, *apud* Carmena, 2018), estimava-se que a Rússia não representaria um problema real para a OTAN, especialmente por não constituir um

Estado membro e por lhe faltar poder suficiente para bloquear as negociações. Obviamente, tratava-se de uma visão desvinculada da realidade internacional, dado que a relação e o entendimento da OTAN com a Rússia sempre representaram elementos cruciais, tanto para a Europa como para os EUA. Nesse ínterim, aponta Carmena (2018) que o “fator Rússia” é invariavelmente analisado e considerado em cada movimento expansionista da aliança euro-atlântica.

A destituição e fuga do presidente Yanukovich para a Rússia em fevereiro de 2014, bem como a grave dissensão que se seguiu, permitiu que o parlamento de Crimeia aprovasse, às pressas, sua independência da Ucrânia e a adesão da região à Rússia, gerando uma crise separatista. Enquanto isso, milhares de soldados russos foram enviados secretamente para a região a pedido do destituído presidente Viktor. Ainda que a Rússia argumentasse que a ação visava proteger seus cidadãos em meio à crise, a forte ligação histórica da Rússia com a Crimeia, em adição à presença da frota russa no Mar Negro, motivou um rápido movimento para oficializar a anexação, que ocorreu efetivamente em 21 de março de 2014.

No primeiro semestre de 2014, as administrações de várias cidades no Leste ucraniano foram ocupadas, e delegacias de polícia foram invadidas em busca de armas. Posteriormente, separatistas apoiados por Moscou organizaram referendos de independência da Ucrânia. Destarte, as autoproclamadas "repúblicas populares" de Donetsk e Lugansk emergiram como resultado de protestos da oposição pró-ocidente na Ucrânia e de uma troca de liderança em Kiev (Goncharenko, 2022).

Ainda antes, no dia 16 de Março de 2014, um referendo realizado na Crimeia chancelou o futuro da região. Mais de 90% da população local votou pela incorporação de seu território à Rússia. Em poucos dias, o governo de Moscou oficializou a anexação e passou a considerar a Crimeia como parte da Federação Russa. A tensão em torno da presença de remanescentes militares ucranianos em bases localizadas na península foi dissipada por meio de acordos que garantiram sua retirada em segurança da região. Em poucas semanas, o primeiro-ministro russo, Dmitri Medvedev, visitou a Crimeia e prometeu investimentos significativos por parte da Federação (Williams, 2014).

Shelest (2015) aborda que os protestos na Ucrânia, no inverno de 2014, resultaram na anexação da Crimeia pela Rússia. A Ucrânia considerou o conflito como

russo-ucraniano. Em contraposição, o Estado russo assinala o atrito como um descompasso russo-ocidental, alegando que a crise foi provocada pelo desejo da OTAN em expandir-se para a região onde a Rússia possui fortes interesses.

Nesse contexto, convém assinalar a polêmica questão relacionada às tropas ucranianas denominadas como Batalhão Azov. A unidade militar teve seu início a partir de uma milícia voluntária ligada a ideologias de extrema-direita, antes que fosse incorporado à Guarda Nacional ucraniana em 2014, no contexto da anexação da Crimeia pela Rússia (Entenda [...], 2022). O grupo armado é frequentemente taxado como de caráter neonazista por Moscou, motivo pelo qual dá sustentação ao discurso de Vladimir Putin pela intervenção na região do Donbass, tudo no sentido de proporcionar a proteção dos cidadãos de descendência russa frente ao movimento.

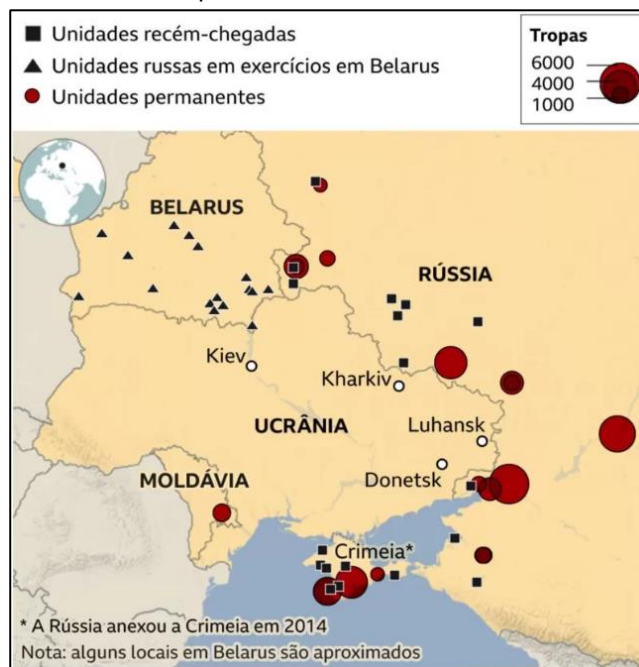
Rússia, Ucrânia e separatistas ucranianos assinaram, em fevereiro de 2015, a segunda parte do chamado Acordo de Minsk, do qual a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa também é signatária. França e Alemanha ajudaram a negociar o acordo de paz assinado na capital de Belarus, que estipulava que a Ucrânia deveria conceder autonomia às regiões rebeldes até que novas eleições locais fossem feitas. Após o pacto, confrontos de maior escala se encerraram, mas escaramuças continuaram a ocorrer. Entretanto, não houve arranjos para eleições independentes nas regiões separatistas (Entenda [...], 2021).

Em novembro de 2021, percebendo uma oportunidade nas dificuldades enfrentadas pelo governo de Joe Biden e suas divergências com os aliados europeus sobre como lidar com Moscou, Putin concentrou mais de 100 mil soldados na fronteira da Ucrânia, soando alarmes em Kiev, em Washington e na Europa de que estaria prestes a uma invasão de larga escala. Moscou negou, afirmando estar realizando exercícios em resposta a "atividades militares ameaçadoras" da OTAN perto de suas fronteiras e acusou os ocidentais de aumentar as tensões ao entregar armas modernas à Ucrânia e realizar "exercícios militares provocativos" no Mar Negro, perto de suas fronteiras (Aparecido e Aguilar, 2022).

Em janeiro de 2022, a escala, a magnitude e a disposição de soldados da Rússia perto das fronteiras da Ucrânia assumiram proporções inéditas - por exemplo, com unidades de defesa aérea trazidas de milhares de quilômetros de distância do Leste da Sibéria. As principais autoridades de defesa da OTAN acreditavam que a

Rússia já reunia forças suficientes para executar uma invasão assim que o presidente Putin emitisse ordem para tal (Gardner, 2022).

Figura 2: posicionamento de tropas russas na fronteira da Ucrânia em janeiro de 2022



Fonte: Rocha Consulting, *apud* Gardner (2022)

Em 21 de fevereiro de 2022, os russos negaram que pretendiam invadir a Ucrânia, entretanto, Putin reconheceu as regiões separatistas de Donetsk e Luhansk como repúblicas independentes e autorizou o envio de militares russos para essas regiões. Na noite do dia 23, a ONU realizou uma reunião de emergência do CSNU para debater a crise e pedir para que a Rússia não atacasse a Ucrânia. A invasão, entretanto, já estava em andamento. Na madrugada do dia 24, Putin anunciou uma “operação militar especial” em Donbass, alegando ataques e opressões por parte Kiev, e apontou que o objetivo era “desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia” (Aparecido e Aguilar, 2022).

A agressão sem precedentes da Rússia em desfavor da Ucrânia deu substrato à adoção de duras sanções pela UE contra o Estado russo, visando alcançar o núcleo da economia eslava e privá-la de tecnologias e mercados críticos e modernos, a fim de limitar-lhe a capacidade de fazer guerra (União Europeia, 2023).

Diante dos fatos, a Rússia afirmou, ainda, que considerou muitas opções para resolver o problema, incluindo a negociação, todavia, com a recusa de Kiev por um acordo nas condições estabelecidas por Moscou, o governo russo alegou haver optado pela invasão. Como objetivos, restam aparentes a remoção do governo pró-

Ocidente em Kiev, a instalação de um novo governo e a assinatura de um acordo de paz cujos termos proibam o ingresso ucraniano tanto na OTAN quanto na UE (Ozili, 2022).

A OTAN, historicamente, foi alvo de críticas por parte da Federação Russa, especialmente no governo de Vladimir Putin, visto o caráter militar da organização, e o que ela representa para o governo russo (Gonçalves, 2022).

Segundo Mearsheimer (2014), o pacote triplo de políticas do Ocidente – ampliação da OTAN, expansão da UE e promoção da democracia – adicionou combustível a um incêndio pronto para ocorrer. O autor é categórico em assinalar a responsabilidade ocidental pelos atritos vividos no Leste europeu em razão da aproximação do território sob proteção da OTAN da fronteira ocidental russa.

Publicamente, a OTAN mantém sua postura ao afirmar que os seus objetivos expansionistas se destinam, fundamentalmente, a aproveitar a oportunidade histórica de apagar as linhas de fratura europeias, e, assim, melhorar a segurança e a estabilidade na região. Tendo por base tal premissa, a Organização se dispõe a considerar o desejo de qualquer Estado europeu em pertencer à Aliança, desde que esteja em condições de cumprir os princípios defendidos pelo Organismo, assim como disposto a contribuir com a paz e a segurança do continente (Carmena, 2018).

Tal movimento se faz possível, de modo mais evidente, a partir do lançamento, ainda em 1999, do *Membership Action Plan (MAP)*, que consiste em um programa de conselho, assistência e suporte prático, moldado com base nas necessidades individuais de cada país que desejava integrar-se à Aliança (OTAN, 2023).

Nesse cenário, a UE e os seus parceiros internacionais condenam firmemente a guerra de agressão não provocada e injustificada perpetrada pela Rússia, enquanto adotam um conjunto de sanções severas e prestam assistência financeira, humanitária, militar e de outros tipos à Ucrânia (União Europeia, 2023).

5 A UCRÂNIA PRÉ-CONFLITO

5.1 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

No campo econômico, a situação ucraniana, no período de 2014 a 2021, evidenciava o processo de recuperação fiscal pelo qual o país vinha se submetendo, tendo sido tal avanço abalado pela crise de COVID-19, no ano de 2020, conforme se visualiza na Figura 3.

Figura 3: Comparativo do PIB (Ucrânia x Rússia)

Evolução: PIB anual Ucrânia			Evolução: PIB anual Rússia		
Data	PIB anual	Var do PIB (%)	Data	PIB anual	Var do PIB (%)
2022	152.698 M€	-29,1%	2022	2.116.735 M€	-2,1%
2021	169.117 M€	3,4%	2021	1.551.829 M€	5,6%
2020	137.184 M€	-3,8%	2020	1.303.901 M€	-2,7%
2019	137.464 M€	3,2%	2019	1.514.583 M€	2,0%
2018	110.797 M€	3,5%	2018	1.399.086 M€	2,8%
2017	99.290 M€	2,4%	2017	1.394.814 M€	1,8%
2016	84.357 M€	2,4%	2016	1.157.284 M€	0,2%
2015	81.939 M€	-9,8%	2015	1.222.669 M€	-2,0%
2014	100.382 M€	-6,6%	2014	1.541.819 M€	0,7%

Fonte: Country Economy (2023)

Ainda, no que tange a esse aspecto, da comparação entre as economias acima demonstrada, pode-se inferir a superioridade do avanço percentual do PIB ucraniano ante o russo, com incremento de aproximadamente 70% entre os anos de 2014 e 2021. Todavia, não se pode deixar de mencionar a disparidade entre os valores absolutos entre essas duas nações, cenário no qual a economia russa ultrapassa em 9 (nove) vezes os valores do PIB ucraniano. Sendo assim, pode-se depreender a menor capacidade econômica que Kiev dispunha para aplicação em seu setor de defesa, ficando sujeita ao auxílio estrangeiro para opor-se à ameaça militar sobre seu território.

Cabe pontuar, ainda, o aumento da fragilidade econômica ucraniana a partir da deflagração do conflito em 2022, o que lhe conferiu um decréscimo de aproximadamente 10% de seu PIB em curto espaço temporal. Isso posto, amplificou-se a necessidade desse Estado angariar fundos para prover maiores capacidades às suas Forças Armadas.

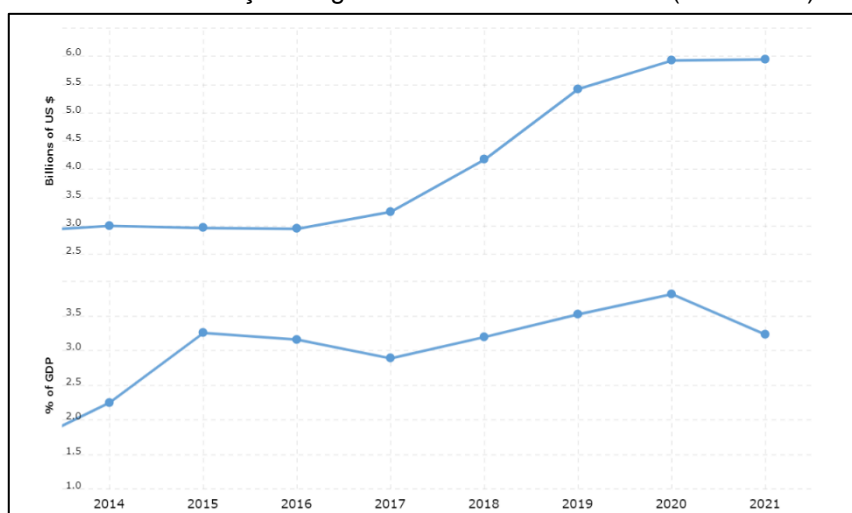
5.2 NA EXPRESSÃO MILITAR

O *International Institute for Strategic Studies* (IISS) (*Military [...]*, 2021) destaca que as forças armadas ucranianas passaram por um processo de transformação desde a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014. O acréscimo de pessoal experiente em combate e as reformas estruturais, de comando e controle, de treinamento e de suporte técnico, estiveram entre as principais medidas implementadas.

Contudo, a modernização em equipamentos e armamentos não se mostrou simples. As reformas também visaram o setor das aquisições, onde algumas se fizeram bem-sucedidas, todavia, muitas capacidades ainda se apresentavam dominadas pelos antigos sistemas soviéticos. Tal condição se revelava notória no ambiente de defesa ucraniano até 2014, momento até o qual as forças armadas de Kiev sofreram com a redução de seus estoques e arsenais em comparação aos que dispunham quando da independência do país em 1992.

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) (*Ukraine [...]*, 2023) permite a observação da tendência de expansão dos gastos em defesa pela Ucrânia nos 8 (oito) anos que antecederam a invasão russa a Donbass, como abaixo demonstrado:

Gráfico 1: Evolução do gasto em defesa da Ucrânia (2014-2021)



Fonte: SIPRI (*Ukraine [...]*, 2023)

Segundo o IISS, o crescimento do orçamento de defesa da Ucrânia tem sido volátil desde 2008 – tanto em termos reais como nominais – com picos de curto prazo interrompidos por anos em que a despesa estagnou. No entanto, os períodos de

aumento significaram a elevação do orçamento da Ucrânia em 12 (doze) vezes entre 2010 e 2020. Assim, resta demonstrado o acréscimo em cerca de 100% dos gastos em defesa no período de 2014 a 2021, os quais se dilataram de 3 para 5,94 bilhões de dólares investidos anualmente no setor. Além disso, desperta interesse o incremento no peso da sua participação sobre o PIB ucraniano, havendo passado de aproximadamente 2,2% para expressivos 3,23%. Considerando-se a crise russo-ucraniana, cujo ápice anterior ao conflito de 2022 se deu com a invasão da Crimeia em 2014, é possível compreender a razão da referida mudança de postura do Estado ucraniano no período analisado.

Segundo Dewan (2022), considerando-se o *Military Balance* do IISS, a Rússia, dotado de armamentos nucleares, investiu aproximadamente 45 bilhões de dólares em defesa no ano de 2021. Tal cifra lhe confere superioridade de aproximadamente 9 (nove) vezes sobre o investimento ucraniano nesse setor estratégico.

Outrossim, considerando-se o ano de 2021 e elencando-se os principais meios de combate e apoio de fogo, a Tabela 1 apresenta os quantitativos em Pessoal e Material de Emprego Militar (MEM) à disposição de Kiev, de acordo com o relatório militar anual do IISS.

Tabela 1: Disponibilidade dos principais MEM ucraniano em 2021

Tipo	Quantidade	Modelo/Calibre
Efetivo militar (ativa)	209.000	-
Efetivo militar (reserva)	900.000	-
Aeronaves de Combate	125	MiG-29; Su-27; Su-24M; Su-25; L-39
Helicópteros	105	Mi-24 Hind; Mi-8 Hip
Carros de Combate	858	T-64; T-72; T-84
Veículos Blindados	2.443	BRDM-2; BRM-1K; BMP-2
Obuseiros de Artilharia	1.124	122mm; 152mm; 203mm
Lançadores Múltiplos de Foguetes	354	9P138; BM-21 Grad

Fonte: o autor, adaptado de *The Military Balance 2021* (Military [..], 2023)

Segundo o IISS (2021), a Ucrânia tem uma ampla indústria de produção de defesa, que opera em todos os setores, embora sua capacidade continue moldada e limitada pela herança soviética. O país foi um importante fornecedor de tecnologias

de armas guiadas na URSS. Também mantém a capacidade de construir sistemas terrestres da era soviética e pode atualizar, modestamente, aeronaves de combate tático da era soviética.

5.3 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Nesse espectro, a fim de conferir objetividade à análise, serão considerados os quantitativos de deslocados e refugiados ucranianos, em razão de representarem, diretamente, a intensidade do conflito e o nível de interferência que este vem causar à população civil envolvida.

De acordo com Goulão (2021), de 2013 até 2020, a população da Ucrânia reduziu-se de 45,5 milhões de pessoas para 30,1 milhões – ou mesmo para 28 milhões, segundo fontes diferenciadas. Dessa redução de aproximadamente 15 milhões na população, cerca de 10 milhões deixaram o país em busca de melhores condições de vida em países da UE. Grande parte dessas pessoas adquiriram as nacionalidades dos países de acolhimento e levaram consigo suas respectivas famílias. Os restantes cinco milhões de pessoas a menos traduzem o aumento de mortalidade em relação aos valores médios registados até 2013.

Sendo assim, pode-se depreender, como um dos aspectos psicossociais vividos pela Ucrânia no momento anterior à invasão russa, a redução populacional sofrida pelo país europeu entre 2013 e 2021.

6 O APOIO OCIDENTAL PRESTADO À UCRÂNIA AO LONGO DE 2022

A Rússia lançou uma sangrenta invasão à Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, apenas três dias após reconhecer a independência das repúblicas populares de Donetsk e Luhansk. A reação dos principais países ocidentais foi quase instantânea. Já no final de fevereiro, sanções econômicas e financeiras sem precedentes foram impostas ao Kremlin (Mandragelia, 2022). Tal postura, adotada pelas maiores lideranças ocidentais, evidenciou a reprovação aos atos perpetrados pela Federação Russa contra sua nação vizinha.

O presente trabalho prestou-se a analisar os auxílios oferecidos à Kiev pelas nações do ocidente, particularmente aquelas integrantes da OTAN e/ou da UE, desde 24 de janeiro de 2022, um mês antes de iniciada a invasão russa, até 15 de janeiro de 2023, abrangendo, aproximadamente, 1 (um) ano de concessões.

6.1 NA EXPRESSÃO ECONÔMICA

O apoio financeiro analisado incluiu doações, empréstimos e garantias de empréstimos feitos ao governo da Ucrânia. Também foram observadas as linhas de *swap* de moeda estendidas ao banco central ucraniano, uma vez que foram linhas de crédito permanentes que permitiram à Ucrânia pagar parte de suas importações e necessidades urgentes de guerra em moeda estrangeira. Como exemplo, a Polônia disponibilizou linha de US\$ 1 bilhão em 24 de fevereiro de 2022 (Trebesh, 2023). As contribuições financeiras com claro propósito humanitário (campo psicossocial) ou militar foram contabilizadas nas respectivas expressões do poder, deixando de ser consideradas no presente subitem.

As medidas do primeiro pacote de sanções em desfavor de Moscou consistiram na proibição da importação de mercadorias, em restrições ao setor do comércio e ao investimento em determinados setores econômicos, na proibição da existência de serviços relacionados com a propaganda turística, na proibição da exportação de mercadorias, serviços e tecnologias, e em restrições ao acesso a mercados e serviços financeiros da UE (Comissão Europeia, 2022).

Por outro lado, mostrou-se incontestável a dificuldade em quantificar a escala da ajuda financeira prestada à Ucrânia no espectro do conflito. Entretanto, fez-se

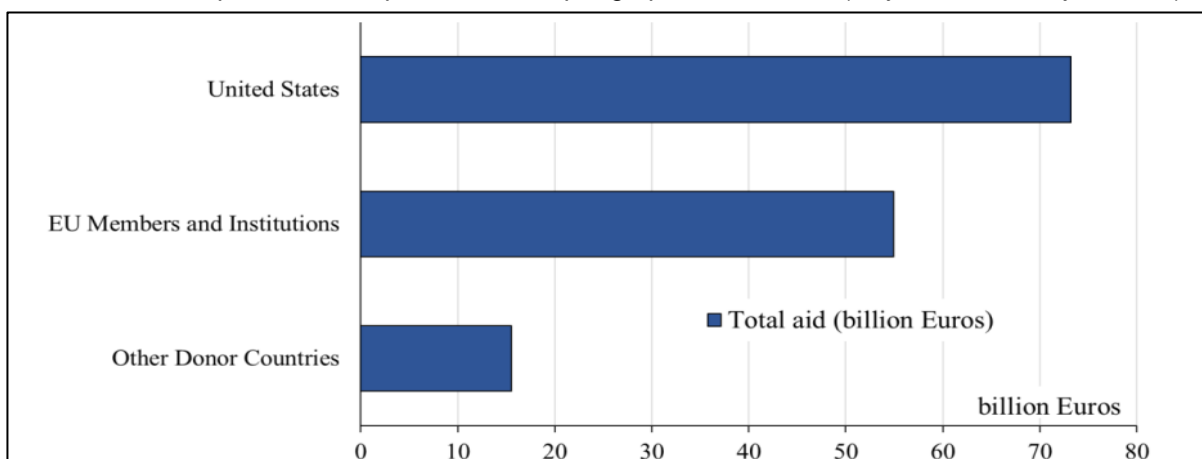
possível identificar o compromisso de 40 (quarenta) doadores, incluindo todos os países membros do G7 e da UE (31), além de Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Coreia do Sul, Suíça, Turquia, Índia, China e Taiwan (9). Além disso, existiram os compromissos das instituições da UE, por meio da Comissão e do Conselho da UE. O Fundo Europeu para a Paz (EPF) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) foram outras organizações que tomaram iniciativas financeiras em benefício do Estado violado. Cada um desses foi responsável pelo aporte de milhões de euros, contabilizando-se as transferências financeiras e as movimentações em espécie (Trebesch, 2023).

Trebesch (2023) ressalta o impasse para o estudo advindo da diferença no nível de transparência dos países colaboradores. Nem todas as doações se tornaram públicas. Houve considerável variação entre os países, com alguns governos sendo bastante opacos em seus apoios, casos de França, Espanha e Polônia. O escopo médio de compartilhamento de informações, no entanto, foi alto, já que muitos governos criaram sites designados e/ou divulgaram listas muito detalhadas de suas doações, inclusive de equipamentos militares e armamentos enviados. O pesquisador considerou importante, ainda, frisar que a disponibilidade de dados e a transparência melhoraram claramente ao longo do primeiro ano do conflito, mesmo com relação àqueles doadores anteriormente não transparentes.

O total do apoio disponibilizado à Ucrânia pela UE, desde o início da agressão russa até janeiro de 2023, foi superior a € 53 bilhões, juntamente com os recursos disponibilizados para ajudar os Estados membros a fazerem face às necessidades dos ucranianos que fugiam da guerra. Para mais, o apoio global (exceto UE) fez quantidade superior a € 70 bilhões (Comissão Europeia, 2023).

No total, € 143 bilhões em compromissos bilaterais foram firmados com a Ucrânia no aludido período. Os EUA foram, de longe, os maiores apoiadores, tendo comprometido € 73,18 bilhões (mais de 50% do total). Os governos dos países da UE concederam um total de € 19,9 bilhões bilateralmente, além de € 29,92 bilhões por meio da Comissão e do Conselho da UE, € 3,1 bilhões por meio do EPF, e € 2 bilhões por intermédio do BEI. Isso elevou os auxílios totais da UE à Ucrânia para € 54,92 bilhões (Trebesch, 2023).

Gráfico 2: compromisso de apoio à Ucrânia por grupo de doadores (24 jan. 2022 a 15 jan. 2023)



Fonte: Trebesch (2023)

Desse modo, o montante em compromissos bilaterais e aqueles diretamente oferecidos em apoio à Ucrânia aproximam-se do valor do PIB ucraniano aferido em 2021, de maneira que se pode configurar como relevante e essencial o auxílio financeiro recebido pelo país para opor-se às ações russas.

6.2 NA EXPRESSÃO MILITAR

Concomitante ao aporte financeiro, o auxílio por intermédio da doação de MEM se mostrou considerável durante o período. Essa relevante ajuda elevou, muito possivelmente, as capacidades de defesa das forças armadas ucranianas, ameaçadas pela notória superioridade militar moscovita.

Desde o início do conflito, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky foi enfático ao solicitar, mediante imprensa e mídias sociais, o fornecimento de armamentos, munições e demais MEM para fazer frente às ações beligerantes russas. Tal apelo pôde ser visualizado, dentre outras, na oportunidade em que o mandatário ucraniano recusou ajuda dos EUA para retirá-lo da capital Kiev, ao mesmo tempo em que afirmou “necessitar de munição, não de carona” (Zelensky, 2022). Zelensky enfatizou, reiteradamente, a necessidade de seus país receber apoio em armamentos pesados, particularmente veículos blindados, armamentos e munição de artilharia (152 e 155mm) e Sistemas de Lançadores Múltiplos de Foguetes (MLRS) (Trebesch, 2023).

O levantamento realizado por Trebesch (2023), apontou que os EUA lideraram por larga margem as ajudas com armamentos e equipamentos militares, perfazendo

cerca de € 44,34 bilhões em concessões. Foram seguidos pelo Reino Unido (€ 4,89 bilhões), Polônia (€ 2,43 bilhões) e Alemanha (€ 2,36 bilhões).

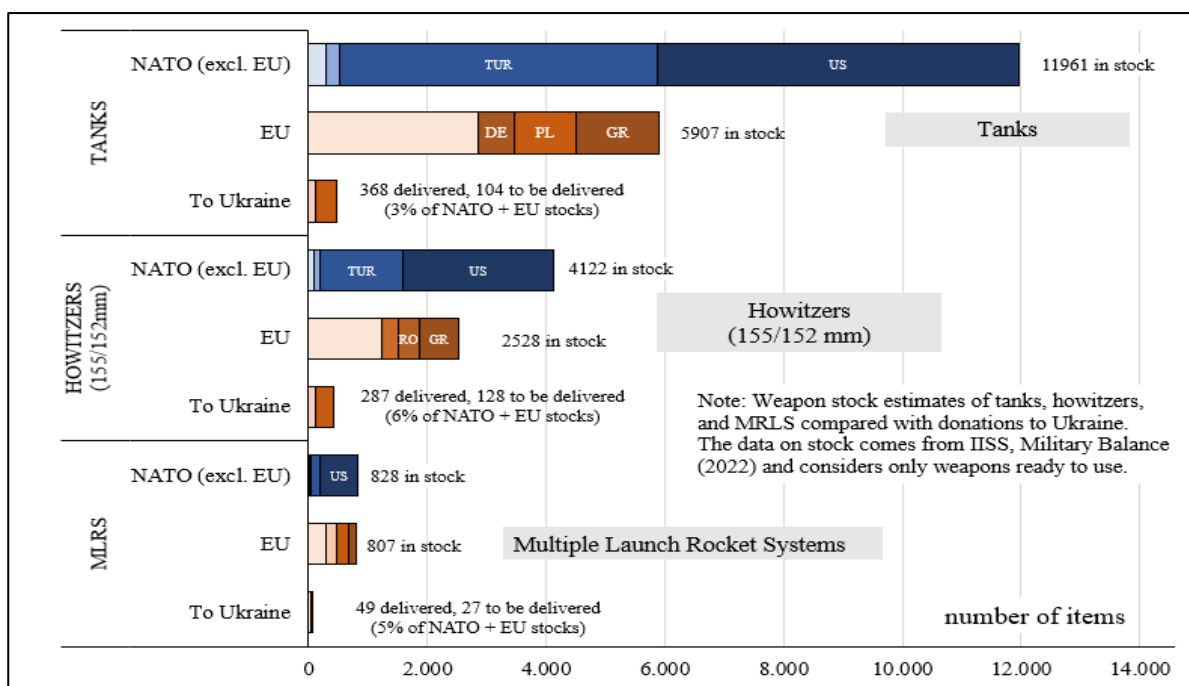
Gráfico 3: 20 maiores doadores de material militar, em bilhões de euros, de 24 Jan 22 a 15 Jan 23



No total, até 15 de janeiro de 2023, a Ucrânia havia recebido cerca de 368 (trezentos e sessenta e oito) veículos blindados, 287 (duzentos e oitenta e sete) obuseiros de artilharia, bem como 49 (quarenta e nove) MLRS. Ao avaliar os compromissos de armas pesadas, chegou-se a um total de € 11,19 bilhões em apoios, dos quais € 5,37 bilhões vieram dos EUA (quase 48%) e € 4,37 bilhões (cerca de 39%) oriundos de países da UE (Trebesch, 2023). O gráfico 4 apresenta o comparativo entre os arsenais da OTAN e dos EUA ante a quantidade de material fornecido à Ucrânia.

Levando-se em consideração os quantitativos acima discriminados e aqueles indicados no item 5.2 do presente trabalho (Tabela 1), tem-se o seguinte aumento de MEM proporcionado pela cessão de bens à Ucrânia: 11,1% em veículos blindados, 25,5% em obuseiros de artilharia e 13% em MLRS. Dessa feita, o maior incremento às capacidades militares ucranianas se deu em peças de artilharia (25,5%), não se destacando o percentual de veículos blindados e MLRS fornecidos.

Gráfico 4: armas pesadas – comparativo entre o estoque da OTAN e quantidade remetida à Ucrânia



Fonte: Trebesch (2023)

Resta notório, ainda, no que concerne ao MEM especificado no Gráfico 4, que o volume disponibilizado às forças armadas ucranianas não comprometeu de modo considerável os arsenais dos países membros da OTAN. Em termos específicos, foram repassados 3% dos veículos blindados disponíveis, 5% dos MLRS e 6% dos obuseiros 152/155mm.

O estudo de Trebesch (2023) conferiu especial atenção a outra ferramenta utilizada no fornecimento de MEM à Ucrânia, particularmente no caso alemão. Dentre os € 2,36 bilhões em ajuda militar enviados por Berlim, foram práticas comuns a disponibilização de recursos para aquisição de MEM junto à indústria de defesa alemã e o repasse direto de equipamentos não deixaram de ser realizados, todavia, há de se destacar um terceiro modo de apoio.

As denominadas “*circle exchanges*”, conhecidas na Alemanha por “*Ringtausch*” ou, em tradução literal, “trocas circulares”, consistiram na reposição, com meios equivalentes, do MEM daqueles países que se dispusessem a fornecer seus meios orgânicos diretamente à Ucrânia. Em termos práticos, países como Eslováquia e Eslovênia passaram a fornecer seus obsoletos tanques de origem soviética e, em contrapartida, candidataram-se a receber substitutos da Alemanha no padrão ocidental.

As já citadas Eslováquia e Eslovênia, além de República Tcheca e Grécia, estiveram entre as nações que aderiram a essa conduta. Especificamente no caso eslovaco, a título de exemplo, restou acordado com a Alemanha que, pelo envio de 30 (trinta) IFV BMP-1 para a Ucrânia, o país seria reembolsado com 15 (quinze) carros de combate do tipo Leopard 2A4, incluindo-se munição, treinamento e serviços logísticos.

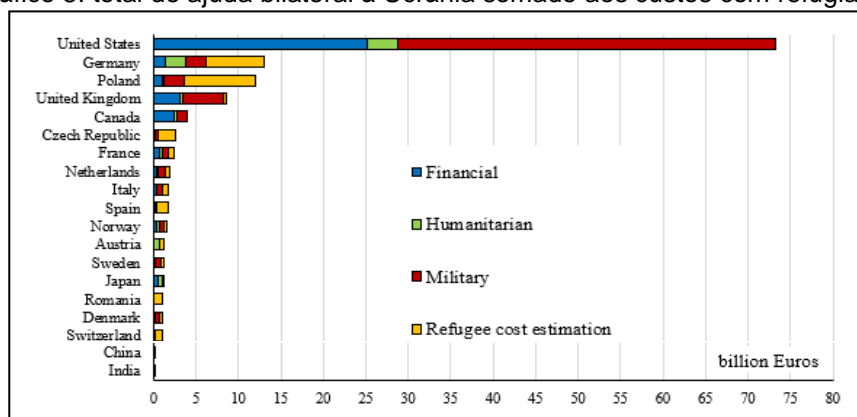
Outro ponto a se destacar é que a oferta de elevada gama de material militar, com origem em diferentes países, acabou por trazer grande desafio logístico a Kiev. Questões como o transporte desses equipamentos para a frente de batalha, a capacitação das tropas para seus empregos, a especialização dos elementos de manutenção e até mesmo as diferenças de calibres entre as peças de artilharia e as munições disponibilizadas passaram a compor o já complexo cenário da guerra (Grande [...], 2022)

6.3 NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (Um mês [...], 2022), após um mês de iniciado o conflito, mais de 10 (dez) milhões de pessoas foram obrigadas a fugir para salvar suas vidas no leste ucraniano, deixando suas casas e pertences para trás. Mais de 6,5 milhões de pessoas encontravam-se na condição de deslocadas, enquanto 3,7 milhões de pessoas foram forçadas a fugir do país. Estima-se, ainda, que cerca de 13 (treze) milhões de pessoas permaneceram presas em áreas afetadas ou impedidas de sair devido ao aumento dos riscos de segurança, destruição de pontes e estradas, bem como a falta de recursos ou informações sobre onde encontrar segurança e alojamento.

A fim de conferir objetividade à análise desse campo, optou-se por abordar o estudo da ajuda humanitária despendida, bem como das ações dos países liminhos voltadas à recepção da massa de refugiados ucranianos. Em relação à primeira, as iniciativas provieram de modo majoritário de nações como os EUA e a Alemanha, mensuradas em € 3,72 bi e € 2,5 bi, respectivamente, agregando maior volume ao total despendido para a contenção do avanço russo sobre o território ucraniano, o que possibilitou oferecer suporte mínimo à população civil diretamente afetada (Trebesch, 2023).

Gráfico 5: total de ajuda bilateral à Ucrânia somado aos custos com refugiados

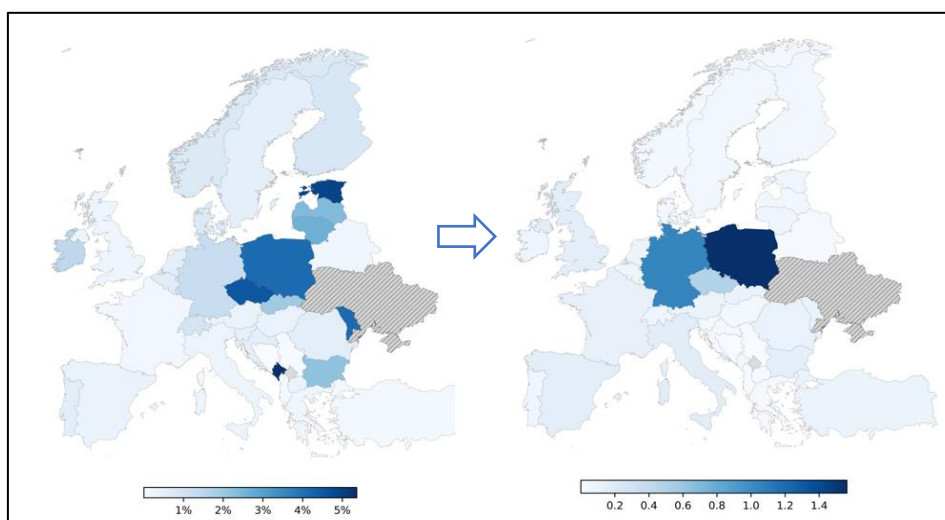


Fonte: adaptado de Trebesch (2023)

O gráfico 5 permite visualizar o volume financeiro voltado às ações humanitárias e de suporte aos refugiados perante as parcelas de recursos fornecidas com outras finalidades.

No que diz respeito ao acolhimento de refugiados, nações como Polônia, Alemanha e República Checa foram extremamente receptivas aos oriundos da região do litígio, tendo promulgado medidas imediatas de curto prazo em apoio aos cidadãos severamente afetados. Além do mais, tais países serviram de passagens às evacuações e ao transporte de mercadorias e suprimentos essenciais dentro e fora da Ucrânia (Jain, 2022).

Figura 4: variação do percentual de refugiados ucranianos na Europa até 31 jan 2023 (antes e após iniciado o conflito)



Fonte: adaptado de Trebesch (2023)

Em números absolutos, a Polônia foi, claramente, o país europeu que mais acolheu refugiados (quantidade superior a 1,56 milhão). A Alemanha veio em segundo lugar (1,06 milhão), enquanto a República Tcheca (486.133), Itália (169.306) e

Espanha (161.012) ficaram na terceira, quarta e quinta colocações, respectivamente. Entretanto, considerando-se a dimensão populacional de cada país acolhedor, a Estônia liderou a relação com uma quota de 4,96%, seguida por República Checa (4,54%), Moldávia (4,15%) e Polônia (4,12%). Desse modo, significa dizer que esse conjunto de países do Leste europeu se destacou na captura do fluxo de refugiados em relação às populações que possuem (Trebesch, 2023).

Outrossim, a arrecadação de fundos para suporte humanitário aos refugiados contou com a promoção de eventos voltados a esse objetivo. A exemplo, em 9 de abril de 2022, Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, e Justin Trudeau, Primeiro Ministro do Canadá, convocaram o evento “Defenda a Ucrânia” em Varsóvia. Seu propósito foi de arrecadar dinheiro para refugiados que fugiram da Ucrânia, além de pessoas deslocadas internamente. Os organizadores afirmaram que € 10,1 bilhões em doações foram reunidos (Comissão Europeia, 2022). Alguns dos fundos, no entanto, não tiveram por destino a Ucrânia propriamente dita, mas destinaram-se a apoiar os países europeus que realizaram o acolhimento de refugiados (Trebesch, 2023).

Ademais, outros eventos de mesmo teor foram realizados em Lugano (Suíça), Copenhague (Dinamarca) e Paris (França), entre julho e dezembro de 2022. Nessas ações, os representantes dos países e das organizações internacionais envolvidas reafirmaram seu apoio público à Ucrânia. O maior deles, ocorrido na capital francesa, reuniu cerca de 70 (setenta) participantes.

Assim, evidenciou-se a relevante participação ocidental indireta no conflito deflagrado no Leste europeu, consubstanciada nos apoios financeiro, humanitário e militar à Ucrânia. Tais medidas puderam contribuir com o governo e as forças armadas ucranianas na defesa de seu território, além do suporte à população civil afetada, resultando em considerável resistência ao avanço russo, bem como mitigando os efeitos colaterais advindos da contenda.

7 CONCLUSÃO

O conflito russo-ucraniano vem retomando a significação outrora comum aos conflitos entre nações. A guerra regular, por assim dizer, revestida de caráter ofensivo, do massivo apoio de fogo, do movimento e da manobra retoma posição central no debate afeto à defesa.

Outrossim, o Leste europeu ainda cultiva, em sua essência, a rivalidade vivida no período da Guerra Fria, atualmente representado entre a nação herdeira da extinta URSS e o bloco Europeu Ocidental, cuja postura de expansionismo da democracia e do capitalismo tanto incomodam Moscou. Tudo isso sem citar o desconforto causado pela UE ter nos EUA seu maior aliado, fato esse materializado pela constituição da OTAN, mais poderosa aliança militar do mundo.

Em síntese, este trabalho constatou, se não uma guerra por procuração, ao menos a vultosa interferência europeia ocidental e norte-americana com o fito de prover meios militares, financeiros e de ajuda humanitária à resistência do Estado ucraniano diante da invasão territorial promovida pelo Kremlin a partir de fevereiro de 2022.

Nesse sentido, o volume de MEM repassado às forças armadas de Kiev, em números absolutos, se mostrou relevante na medida que se leve em conta a disparidade entre as capacidades militares da Ucrânia e de sua oponente, esta última tida entre as três maiores forças armadas do globo. Todavia, não se pode afirmar que tal auxílio tenha sido determinante para o sucesso da resistência ucraniana ao avanço das tropas moscovitas, visto que o processo de modernização vivido pelas forças armadas ucranianas, iniciado a partir da tomada da Crimeia, já vinha obtendo considerável avanço, conforme apontado no capítulo 5.

Nesse ínterim, como dito anteriormente, à ciência da guerra não cabe a simplicidade algébrica, fato que torna tal análise subjetiva e carente de novos estudos para complemento das conclusões preliminarmente obtidas a partir do presente estudo.

No campo econômico, em contraposição, pode-se afirmar que o volume do auxílio financeiro conferido ao Estado ucraniano configurou-se como essencial à continuidade da manutenção de suas Instituições e forças armadas. Mesmo que a

abordagem adotada no presente trabalho tenha se abster de aprofundar-se sobre os valores pormenorizados envolvidos, a simples comparação do numerário disponibilizado ante o PIB ucraniano permite-se depreender tal conclusão.

No mesmo diapasão, pode-se incluir a ajuda humanitária recebida, a qual, de modo capital, vem contribuindo tanto para auxílio aos deslocados no interior do território ucraniano quanto para alocação dos refugiados em países vizinhos. O pico da evasão de pessoas vivenciado desde o princípio dos combates configura-se como grave crise de movimentação de civis, o que, caso não permaneça como objeto de constante atenção da UE, poderá resultar em graves implicações à segurança e aos direitos humanos no velho continente.

A presente pesquisa permitiu, ainda, o registro de diversas medidas que se constituem como essenciais ao estudo da guerra. O resgate das características dos conflitos de 3ª geração retoma, ao centro das discussões, a necessidade de permanente manutenção das estruturas de uma força armada independente e capaz de prover a defesa da soberania nacional, bem como acende a reflexão sobre o sistema internacional de alianças, havendo a necessidade de aprimoramento dos estudos em ambos aspectos; tudo a fim de prover melhores condições ao Estado para se antever a possíveis situações de caráter semelhante.

Outra contribuição evidenciada foi o cenário de dependência estrangeira a que restou sujeito o Estado ucraniano. A carência de uma sólida base industrial de defesa amplifica as chances de insucesso diante de um conflito armado, o que terminou por obrigar o governo a recorrer às potências aliadas em busca de MEM em geral, bem como vultosos recursos financeiros, visto que a aquisição desses meios, ainda mais em tempos de demanda elevada, se mostra, obviamente, custosa.

Desse modo, é incontroverso que a ajuda ocidental à Ucrânia se mostrou relevante para sustentar as ações reativas de Kiev durante o ano de 2022, mormente nos campos econômico e de ajuda humanitária. Já no aspecto militar, naquilo que se refere ao recebimento de meios militares de guerra, tais como: veículos blindados, peças de artilharia e lançadores múltiplos de foguetes não se pode inferir que foram determinantes às ações ucranianas, visto a razão diante dos meios que já dispunha o Estado ucraniano, bem como o caráter subjetivo da guerra, sobre a qual não se pode atribuir mera análise matemática.

Por fim, resta necessária a expansão dos estudos acerca do tema, com ênfase na absorção de conhecimentos que se façam úteis aos órgãos decisores do Estado, pois, diante das incertezas geopolíticas internacionais, cresce a necessidade de adoção de postura firme e proativa para preservação da soberania nacional.

REFERÊNCIAS

7 países da Otan cumpriram meta orçamentária de defesa em 2022. **Poder 360**, 21 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/7-paises-da-otan-cumpriram-meta-orcamentaria-de-defesa-em-2022/>>. Acesso em 14 jul. 2023.

APARECIDO, Julia Mori. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

AZZI, Enio Moreira. Aproximações estratégicas no tabuleiro internacional: alianças militares, parcerias estratégicas, minilateralismo e seus alinhamentos estratégicos. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército**: análise estratégica, v. 27, n. 5, p. 7-26, 2022. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/download/11158/8952>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BARBOSA, André Luiz. Conflito entre Rússia e Ucrânia - Um olhar histórico, geopolítico e de relações internacionais. **Jusbrasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conflito-entre-russia-e-ucrania-um-olhar-historico-geopolitico-e-de-relacoes-internacionais/1531356439>>. Acesso em 14 jul. 2023.

BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU. **Contexto Internacional**, n. 32, jan. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100003>>. Acesso em 24 abr. 2023.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **Relatório Simplificado de Gestão da Embaixada do Brasil junto à Ucrânia e à República da Moldova em Kiev**, 2020. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8880402&ts=1603152249027&disposition=inline>>. Acesso em 14 jul. 2023.

CARMENA, María Martínez. La Organización del Tratado del Atlántico Norte y la ampliación al Este: ¿hasta Ucrania? **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v.13, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1909-30632018000200123&lng=em&nrm=isso>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARMONA, Ronaldo G. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI-Revista**, ano 1, n. 3, jul/set. 2022. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/46/a-guerra-na-ucrania-uma-analise-geopolitica>>. Acesso em 21 abr. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Schengen, fronteiras e vistos**, 2023. Disponível em: <https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/schengen-borders-and-visa_pt?etrans=pt>. Acesso em 24 abr. 2023

CONSELHO EUROPEU. **Relações da UE com a Ucrânia**, 2023. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/ukraine/>>. Acesso em 13 jul. 2023.

CUNHA, Vinícius Melquíades. A invasão da Ucrânia: um olhar sobre o somatório de fatores que fomentaram a campanha militar russa iniciada em Donbass. **XII ENABED**, ago. 2022. Disponível em: <https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1655235148_ARQUIVO_9ecdee08b490f4736bb3809a8dbc3eb9.pdf>. Acesso em 21 abr. 2023.

DAEHNHARDT, Patricia. German Foreign Policy, the Ukraine Crisis and the Euro-Atlantic Order: Assessing the Dynamics of Change. **German Politics**. v. 27, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644008.2018.1448386>>. Acesso em 25 abr. 2023.

DEFESA Nacional Portuguesa. **Defesa na Organização do Tratado do Atlântico Norte**, 2023. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/dn>>. Acesso em 25 abr. 2023.

DESTITUIÇÃO de presidente agrava turbulência na Ucrânia. **BBC News Brasil**, 22 fev. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_ucrania_entenda_crise_pai>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DEWAN, Angela. Ukraine and Russia's militaries are David and Goliath. Here's how they compare. **CNN**, 25 fev. 2022. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/02/25/europe/russia-ukraine-military-comparison-intl/index.html/>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ENTENDA o conflito no leste da Ucrânia e a recente tensão entre Rússia e Otan. **Gazeta do Povo**, 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gazeta.dopovo.com.br/mundo/conflito-russia-ucrania-tensao-otan/>>. Acesso em 14 jul. 2023.

ENTENDA o que é o Batalhão de Azov, grupo de extrema-direita que luta na Ucrânia. **CNN**, 26 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-que-e-o-batalhao-de-azov-grupo-de-extrema-direita-que-luta-na-ucrania/>> Acesso em 27 abr. 2023.

EUR-LEX. **A política externa e de segurança comum**, 2012. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:a19000>>. Acesso em 23 abr. 2023.

FERREIRA, Vanessa Capistrano. O papel da união europeia na gestão de conflitos internacionais: um ator político-estratégico em construção. **Revista Aurora**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/2690>>. Acesso em 22 abr. 2023.

FREIRE, Maria Raquel. **A Revolução Laranja na Ucrânia**: uma democracia a consolidar. Universidade Nova de Lisboa, Relações Internacionais, dez. 2006. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri12/RI12_03MRFreire.pdf>. Acesso em 10 jul. 2023.

GARDNER, Frank. Rússia x Ucrânia: o que imagens de satélite revelam sobre movimento do exército russo na fronteira. **BBC News Brasil**, 18 fev. 2022. Disponível

em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60430828>>. Acesso em 14 jul. 23.

GENERAL americano Christopher Cavoli é novo comandante militar da OTAN. **Defesanet**, 03 maio 2022. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/armas/noticia/44394/general-americano-christopher-cavoli-e-novo-comandante-militar-da-otan/>>. Acesso em 14 jul. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GONÇALVES, Vinícius Milanez Lagreca. **A relação Rússia-OTAN na formulação da política externa de Vladimir Putin**. Campinas: PUC-Campinas, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16938>>. Acesso em 24 abr. 2023.

GONCHARENKO, Roman. Donetsk e Lugansk: um braço estendido da Rússia. **Deutsche Welle**, 23 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/donetsk-e-lugansk-um-bra%C3%A7o-estendido-da-r%C3%BAssia/a-60889094/>>. Acesso em 25 abr. 2023.

GOULÃO, José. Ucrânia, o rastilho da Europa. **Abril**, 02 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.abrilabril.pt/internacional/ucrania-o-rastilho-da-europa/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GRANDE desafio logístico do envio de armas pesadas a Kiev. **Isto é**, 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/o-grande-desafio-logistico-do-envio-de-armas-pesadas-a-kiev/>>. Acesso em 25 abr. 2023.

JAIN, Nityanand et al. European Countries Step-up Humanitarian and Medical Assistance to Ukraine as the Conflict Continues. **Journal of Primary Care & Community Health**, v. 13, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360133821_European_Countries_Step-up_Humanitarian_and_Medical_Assistance_to_Ukraine_as_the_Conflict_Continues>. Acesso em 23 abr. 2023.

KAPPELER, Andreas. Ukraine and Russia: Legacies of the imperial past and competing memories. **Journal of Eurasian Studies**, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1016/j.euras.2014.05.005>>. Acesso em 22 abr. 2023

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KONRAD, Kaiser David Vargas. LOURENÇÃO, Humberto José. O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional. **Brazilian Journal of Development**, 2019. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2880>>. Acesso em 22 abr. 2023.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A Guerra na Ucrânia: significados e perspectivas. **CEBRI-Revista**, jan/mar. 2022. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MANDRAGELIA, V.A. War in Ukraine: economic sanctions and public support. **Zhytomyr Ivan Franko State University Journal**, Philosophical Sciences, Vol. 2, 2022. Disponível em: <<http://eprints.zu.edu.ua/36698/1/11.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2023.

MEARSHEIMER, John Joseph. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. **International Security**, Vol. 15, No. 1, Summer 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2538981>>. Acesso em 11 jul. 2023.

MEARSHEIMER, John Joseph. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, set/out. 2014. Disponível em: <<https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/Why-the-Ukraine-Crisis-Is.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MIELNICZUK, Fabiano. A Crise Ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Revista Conjuntura Austral**, Vol. 5, nº. 23, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849/29136/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MILITARY Balance 2021. **International Institute for Strategic Studies (IISS)**. London: Routledge Journals, 2021.

O ACORDO de associação entre UE e Ucrânia. **Exame**, 16 set. 2014. Disponível em: <<https://exame.com/geral/o-acordo-de-associacao-entre-ue-e-ucrania/>>. Acesso em 14 jul. 2023.

OTAN. **Founding Treaty**, 2023. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67656.htm>. Acesso em: 21 abr. 2023.

OZILI, Peterson K. Global Economic Consequence of Russian Invasion of Ukraine. **Social Science Research Network**, Maio 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Peterson-Ozili/publication/358977787_Global_Economic_Consequence_of_Russian_Invasion_of_Ukraine/links/6236c8f95b303e5c5aa975c1/Global-Economic-Consequence-of-Russian-Invasion-of-Ukraine.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PIB dos EUA avança 2,9% no 4º trimestre, acima do esperado. **Infomoney**, 26 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/pib-dos-eua-avanca-29-no-4-trimestre-acima-do-esperado/>>. Acesso em 14 jul. 2023.

QUEIROZ, H.; QUINTSLR, H. M. Geopolítica e Vulnerabilidade Energética: o fantasma das crises de abastecimento de gás ronda a Europa. **GGN**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/ronaldo-bicalho/geopolitica-evulnerabilidade-energetica-o-fantasma-das-crisis-de-abastecimento-de-gas-ronda-aeuropa>>. Acesso em: 7 junho 2018.

SHELEST, Hanna. After the Ukrainian crisis: Is there a place for Russia? **Southeast European and Black Sea Studies**, v.15, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://prismua.org/wp-content/uploads/2016/04/After-the-Ukrainian-crisis-Is-there-a-place-for-Russia.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

TRAVASSOS, Beatriz Cacho Sousa. **A União Europeia como ator global de segurança e defesa – no contexto da Guerra da Ucrânia**. 2022. Tese (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

TREBESCH, Christoph et al. The Ukraine Support Tracker: Which countries help Ukraine and how? **Kiel Institute for the World Economy**, Kiel, fev. 2023. Disponível em: <<https://www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker/?cookieLevel=not-set>>. Acesso em 30 jan. 2023.

UKRAINE Military Spending/Defense Budget 1993-2023. **SIPRI**, 2023. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/countries/UKR/ukraine/military-spending-defense-budget/>>. Acesso em 25 abr. 2023.

UM MÊS após o início da guerra na Ucrânia, quase um quarto da população do país está deslocada. **ACNUR**, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/03/25/um-mes-apos-o-inicio-da-guerra-na-ucrania-quase-um-quarto-da-populacao-do-pais-esta-deslocada/>>. Acesso em 25 abr. 2023

UNIÃO EUROPEIA. **União Europeia**: história da UE, 2023. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt>. Acesso em: 26 abr. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991) da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. Brasília: FUNAG, 2012.

WALLANDER, Celeste. Institutional assets and adaptability: NATO after the Cold War. **International Organization**, v. 54, n. 4, 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2601379>>. Acesso em 18 jul. 2023.

WILLIAMS, Carol J. Russian Prime Minister Visits Annexed Crimea, Promises Investment. **Los Angeles Times**, 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world/worldnow/la-fg-wn-russia-crimea-dmitry-medvedev-20140331-story.html>>. Acesso em 14 jul. 2023.

WOOLF, Alex. **Uma nova história do mundo**. São Paulo: M. books, 2014.

ZELENSKY recusa oferta dos EUA para sair do país: “Preciso de munição, não de carona”. **CNN**, 26 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/zelensky-recusa-oferta-dos-eua-para-sair-do-pais-preciso-de-municao-nao-de-carona/>>. Acesso em 18 jul. 2023.